

# BOLETIM NACIONAL

JULHO/92 - Nº 64

Cr\$ 2.000,00

## No país da impunidade...

*Os lavradores de Porto Alegre provam sua inocência mas são condenados*

*Página 6*

## Brasileiros ou paraguaios?

*Os filhos deserdados da terra tentam o retorno*

*Página 7*



## O PT e a ECO 92

*Leia a íntegra do manifesto do PT nas páginas 8 e 9*

## CPI só não basta

*O desempenho do PT no plano institucional não está se repetindo no plano popular. Ainda não há mobilização forte o bastante para barrar as tentativas de punir PC e preservar Collor. Por que a proposta de impeachment não está levando o povo às ruas? O deputado José Dirceu, devolve a pergunta à militância e afirma "a Direção Nacional do Partido criou as condições para a mobilização".* **Página 3**

## A greve em que todos perdemos

*Para entender melhor os motivos da greve dos condutores de São Paulo*  
**Páginas 14 e 15**

## Plenária Nacional da CUT

*Luis Gushiken, Secretário Nacional Sindical do PT defende filiação à CIOSL*  
**Página 16**



# Política do avestruz

Li no Boletim Nacional recente resolução da CEN de adiar o 8º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores de junho de 92, como previsto, para março de 93, inicialmente. Fato que surpreende e choca.

Parto do princípio de que a atual direção nacional não expressa a correlação de forças do 1º Congresso, já de dezembro de 1991. E que não tem sido capaz, por seus motivos e debilidades, conscientes e inconscientes, de dar expressão concreta às políticas aprovadas por aquele memorável Congresso, seja em tática ou em construção partidária. Ao contrário, tem desarmado de fato o partido para as lutas sociais do período.

Surpreende porque, como não pode deixar de ser, é a atual maioria a responsável principal pela política de finanças (e pelas inadimplências dos estados). Ainda assim, o motivo alegado são dificuldades financeiras. E atribuídas ao coletivo partidário.

Choca porque, em adiando o Encontro, a CEN parece ter-se satisfeito por encontrar aí a "solução política". Isso em um ano de calendário eleitoral, em que os estados inadimplentes vão se endividar ainda mais com terceiros, incinerando as finanças devidas à instância nacional, pondo em risco evidente e palmar o encontro protelado para 93.

Tal política é a do avestruz! Não enfrenta o problema e expõe o partido ao conhecido e desastroso movimento das finanças "para a campanha" eleitoral, desarmando o partido para suas tarefas como um conjunto, as lutas nacionais do período, inclusive a campanha eleitoral. Joga os petistas às campanhas proporcionais e executivas, municipais, e os retira, por falta de uma política partidária comum a todos, de uma política nacional de finanças. Ainda assim estarão multiplicados aos milhares os centros de arrecadação de finanças em nome do PT.

A conveniência de ter as finanças como bode expiatório do adiamento do Encontro é notável, embora não honre a inteligência dos que pretendemos governar o Brasil contra a fome, a miséria, o desemprego e a favor do programa democrático e popular. Serve como biombo (politicamente pouco convincente) à parcela de dirigentes apegados às tarefas que executam, com denodo e ardor cívico, reconheça-se, mas que não têm servido muito, nem ao partido, nem à política do 1º Congresso. Em consequência, muito pouco à luta socialista no Brasil e aos trabalhadores.

**Adroaldo Corrêa**  
Porto Alegre - RS

# Queixa de assinante...

Companheira Marisa Lourenço, concordo plenamente com sua carta

publicada no último Brasil Agora nº 14. Para mim foi um surpresa saber que o Boletim Nacional ainda existe. Mas o BN não tem informado seus militantes mensalmente sobre os debates internos do partido, pois desde 19 de fevereiro fiz uma assinatura do Boletim Nacional e até hoje não recebi um exemplar.

**Paulo Cesar A da Silva**  
Brasília - DF

# Liga pra mim...

Informamos aos assinantes que 99% das assinaturas do BN vêm pelo correio. Não é comum, mas ocorrem extravios. No caso do companheiro Paulo Cesar a própria carta registrando a queixa chegou com grande atraso.

Estamos à disposição dos assinantes - pelo fone (011) 223 7999 ramal 234- para resolver estes problemas. Ligue!

# CARTA AO LULA Linguagem simples

Tomo a liberdade de escrever-lhe para dar uma sugestão. É para que o senhor converse com os outros dirigentes do PT para que fosse mandado imprimir um livreto de linguagem simples, explicando como os trabalhadores devem votar nas eleições futuras.

Que explique a eles o que foi o regime militar, o grande mal que causou à classe trabalhadora e os partidos que continuam ainda a defendê-lo.

Não é possível que a classe menos favorecida continue votando em partidos que estiveram ligados a esse famigerado regime, espalhados em diversos partidos de direita.

**Amarante Gulino**  
São Paulo - SP

**BN - A sugestão do senhor Amarante já foi encaminhada**

**BRASIL AGORA ASSINE AGORA**



PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado a **EDITORA BRASIL AGORA LTDA.** - Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Brasil Fones (011) 220.7198, 222.6318, 220.7718 e 223.2974

NOME \_\_\_\_\_  
 END. \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ APTO \_\_\_\_\_  
 MUNICÍPIO \_\_\_\_\_  
 FONE \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_  
 PROFISSÃO \_\_\_\_\_

- Assinatura 12 edições Cr\$ 39.000,00
- Assinatura para o exterior US\$ 30,00 (semestral)
- Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 83.000,00
- Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 130.000,00

# ASSINE O BN

Para fazer sua assinatura basta enviar este cupom, com seu nome e endereço, e um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores  
 Rua Conselheiro Nébias, 1052  
 CEP 01203 - São Paulo/SP, Boletim Nacional

**12 edições Cr\$ 20.000,00**

Nome \_\_\_\_\_  
 Endereço \_\_\_\_\_  
 Cidade \_\_\_\_\_  
 CEP \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

# BOLETIM NACIONAL

JULHO/92 - Nº 64

O Boletim Nacional é uma publicação mensal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.  
 Rua Conselheiro Nébias, 1052  
 CEP 01203 - São Paulo/SP  
 Fones (011) 223.7999/7904  
 ou 222.2956/2875/6986

**Secretário de Comunicação**  
 João Machado  
**Secretário Adjunto**  
 Markus Sokol  
**Jornalista Responsável**  
 Marisa Lourenço - MTb-SP 18321  
**Colaboradores**  
 Cintia Campos, Mariangela Haswani,  
 José Rocha  
**Editoração Eletrônica**  
 Caco Bisol  
**Fotolito e Impressão** : Guaru News



# Alguma coisa está fora da ordem



HUGO SCOTTE

**Zé Dirceu: "A Direção do PT criou as condições para a mobilização"**

*O PT está dando um show de bola na CPI que apura o escândalo Collor/PC.*

*Aparentemente jogando no campo do adversário- o plano institucional- o partido cumpre um papel fundamental, desde a articulação que permitiu a instalação da CPI até agora, nas investigações. Apesar disso, a torcida parece preferir acompanhar o jogo pelo radinho: a "campanha de mobilização" proposta pelo PT não saiu do papel. A proposta de impeachment não consegue trazer o povo para as ruas. Por que? O secretário geral do PT, deputado José Dirceu, devolve a pergunta ao resto do time e alerta: "Não basta uma palavra de ordem para mobilizar o País".*

**Boletim Nacional- Qual sua avaliação dos trabalhos da CPI até agora?**

**José Dirceu-** A CPI viveu três momentos até agora. O primeiro momento começa com a atitude quixotesca, minha e de Suplicy, percorrendo os corredores da Câmara e do Senado atrás de apoio para a instalação da CPI do PC Farias. Prossegue com as pressões sobre os deputados do PMDB, do PPS e do PDT, até que eles mudassem de posição e passassem a apoiar a CPI. Então, a CPI se impôs ao Congresso.

O segundo momento se deu quando o governo- e mesmo uma parcela da oposição- jogava com a idéia de que a CPI se esvaziaria em uma semana. Aconteceu justamente o contrário: a dinâmica da CPI, os depoimentos de Paulo Cesar Farias, de Takeshi Imai, de Claudio Vieira mostraram ao país que a conexão PC-Collor era uma realidade. Que havia um governo paralelo e que nunca houve tanta corrupção, tráfico de influências, tanto crime eleitoral, cambial, fiscal no país como o organizado por PC Farias à sombra do governo Collor.

O terceiro momento da CPI é o que ela vive hoje. Por dentro ela está sofrendo uma série de estragamentos, como a falta de secretaria de apoio, de material, falta de cartório. Não há uma organização dos documentos que chegam. Não há uma empresa de auditoria, pesquisa. Agora é que estamos conseguindo romper com isso, começando a organizar a secretaria da CPI, a agenda da CPI, e vamos contratar uma empresa de auditoria. Outro aspecto desse terceiro momento vivido pela CPI é a articulação de Antonio Carlos Magalhães, Ulysses Guimarães e Brizola para tentar abafar e inviabilizar a CPI. O governo, com as interpelações judiciais contra os depoentes, com o discurso do Collor, também tenta prejudicar, esvaziar e inviabilizar a CPI.

Neste momento, nós da oposição devemos ter consciência política desse quadro. Politicamente esse governo está condenado.

**BN- Qual o papel da opinião pública nesse processo?**

**Dirceu-** O movimento da opinião pública é contraditório. Apesar de 71% dos paulistas -de acordo com a pesquisa da Folha- acreditarem que a CPI é só uma encenação, 65% dos entrevistados acham que Collor tem alguma vinculação com PC e que PC é corrupto, um criminoso (pesquisa da Folha de S. Paulo, feita no estado, divulgada dia 25/06/92). Agora, por que a opinião pública não acredita na CPI? Porque todo mundo sabe que o Brasil é o país da impunidade. Porque foi dito, cantado em verso e prosa, que CPI leva a lugar nenhum e também porque há um baixo conceito do Congresso Nacional. Acredito que para superar isso nós, da oposição, temos que aprofundar as investigações, temos que mobilizar a sociedade e a opinião pública em comícios. Temos que fortalecer a frente de partidos de oposição na CPI, e, principalmente, temos que pressionar a Receita Federal e a Polícia Federal a fazerem o trabalho delas.

**BN- Qual sua expectativa de desfecho para esse processo?**

**Dirceu-** Não se pode trabalhar com perspectivas de desfecho. No limite, a CPI vai denunciar Paulo Cesar Farias, seu irmão, Luiz Romero, e os vários sócios. Vai desmontar a rede

internacional que ele armou, vai desvendar o que era a influência de PC nos vários ministérios. Os vários casos que estão sendo investigados- como a CEME, Vasp Petrobrás, as campanhas eleitorais de 89 e 90- também vão ser desvendados. Agora, se vamos ou não chegar às condições para pedir o impeachment do Collor vai depender do momento político. Outro desfecho seria o Collor renunciar, mas isso não depende da CPI. Depende da falta de condições de governabilidade, da tutela de ACM, do esgotamento da política econômica e da desmoralização da figura de Collor no país. Não é uma questão que se resolva sem mobilização popular de grande alcance, seja o *impeachment* seja a renúncia.

**BN- Somente a mobilização popular pode barrar a iniciativa de punir PC e poupar Collor, mas o clima nas ruas está morno. Porque não há a mobilização esperada? O que o PT propõe para reverter esse quadro?**

**Dirceu-** Já realizamos dois comícios e estão marcados outros em importantes capitais do Brasil. Além disso Lula se encontra periodicamente com Tasso Jereissati, presidente nacional do PSDB, e com Orestes Quércia, presidente nacional do PMDB, para aumentar o grau de articulação dos partidos de oposição. As bancadas de oposição têm se reunido regularmente no gabinete do senador Pedro Simon (PMDB-RS) para articular nossa atuação na CPI. Mas o caminho da mobilização é, para o PT, tão importante quanto o caminho das investigações e o caminho político da CPI, de mostrar a ligação de Collor com PC. Existe um clima, um sentimento de oposição ao governo muito grande. Independente de que exista essa descrença nos resultados da CPI, todo mundo acha que entre PC e Collor há uma relação.

A nossa Bancada organizou uma comissão com Hélio Bicudo (SP), Tilden Santiago (MG), Jacques Wagner (BA) e Paulo Bernardo (PR) para trabalhar em conjunto na apuração de denúncias e investigações, infra-estrutura e estudo do *impeachment*. O líder da bancada, Eduardo Jorge (SP) é o responsável pela relação com os partidos e junto à sociedade civil. Dezenas de entidades- como Ordem dos Advogados, CNBB, Associação Brasileira de Imprensa, CUT, Pensamento Nacional da Bases Empresariais e IBASE- vão dar apoio técnico, político e jurídico para a CPI. Então, acho que o caminho é aumentar a mobilização e acreditar que temos condições de desmontar o esquema PC e provar a relação dele com Collor.

**BN- Mas os encontros de Lula com Quércia não estão sendo bem vistos. Não estamos confundindo a opinião pública?**

**Dirceu-** O PT é oposição ao governo Fleury e ao quercismo. Quanto a isso não há dúvidas. E eles são oposição a nós, a Luiza Erundina e aos nossos prefeitos no Estado de São Paulo. Nós não permitimos coligação com o PMDB em São Paulo - inclusive entrevistamos no diretório de Cubatão por causa disso. Coligação com o PMDB a nível nacional só com autorização da Comissão Executiva Nacional. Nós formamos um bloco de oposição na Câmara e o PMDB não participa, só PSDB, PDT, PT, PPS, PSB, PCdoB e PV. Nós temos uma política de oposição ao PMDB.

Agora, o PMDB é presidido por Orestes Quércia, governa o Estado de São Paulo, tem 106

deputados e 27 senadores, é o maior partido do Congresso Nacional. Nós temos que discutir e avaliar a situação política nacional com o PMDB, até porque o PMDB, em várias iniciativas, vota junto com o PT. Vota junto com o PSB e PCdoB. Agora mesmo, na votação sobre os portos, o PMDB, de maneira geral, não ficou contra a nossa política. No caso da CPI, o PMDB apoiou. É verdade que depois da mobilização, depois do dossiê do Pedro Collor, mas apoiou.

O país está a mercê de um presidente da República sem prestígio, sem base social, sem base político-partidária, é refém de ACM -que quer derrubar o seu ministro da economia-, faz alianças com o Brizola, não tem apoio empresarial de vulto, está sob o risco de um *impeachment*. Então, nós precisamos discutir essa situação do país com o PMDB. Acho que as discussões de Lula com Quércia não devem ser confundidas. Na primeira vez que fui convidado para uma reunião com Quércia eu me perguntei se deveria ir, já que sou um pouco símbolo do anti-quercismo. Mas eu disse a mim mesmo: devo ir porque ele é presidente do PMDB e eu sou secretário geral do PT e sou responsável na bancada pela Lei Orgânica dos Partidos. E vou discutir uma coisa concreta. Aliás, nós tínhamos concordâncias e discordâncias com o PMDB sobre aquela questão. E isso também vale agora para a CPI.

**BN- O PT teve um papel importante na instalação e nos trabalhos da CPI. Se consegue esse desempenho a nível institucional porque não está conseguindo o mesmo desempenho no campo popular?**

**Dirceu-** Boa pergunta para os diretórios municipais e regionais, para a militância sindical e popular e, principalmente, para as tendências que diziam que o PT não se mobilizava porque não pedia o *impeachment* de Collor. Que diziam que o PT não se mobilizava porque não tinha uma campanha central. Hoje nós temos material para a mobilização, que é o panfletão; o Lula está indo aos Estados para fazer a mobilização; há um motor para a mobilização como não houve nos últimos dois anos, que é a CPI; há uma palavra de ordem, que ninguém pode ficar contra, que é o *impeachment*. Então, eu quero perguntar para as tendências, que viviam gritando que nós, a maioria do partido, não queríamos essa mobilização, por que essa mobilização não acontece agora? É porque não depende de nós. Depende de um clima na sociedade, depende da credibilidade que a própria chamada à mobilização tem para a sociedade, depende do engajamento de outras forças sociais e partidárias. Uma das coisas mais importantes que aconteceu em termos de mobilização foi a vigília nacional, que foi dirigida, inclusive, por Plínio de Arruda Sampaio em nome da CNBB, que reuniu todas essas entidades que já citei. A palavra de ordem agora é fazer, em todas as cidades, em todos os estados, vigílias como essa. Onde está o abaixo assinado que enviamos para os estados? Por que não está correndo as ruas? Não vamos dizer agora que não há condições. A direção do Partido criou as condições. Eu acho que os próprios militantes, os dirigentes e as tendências- que são a consciência crítica do PT- precisam agora parar e pensar o que está acontecendo. Eu devolvo a pergunta para o partido: por que não há mobilização?



# GTE 92, agora é com você

Aqui, o que já está pronto.

**A**pós cinco meses do início efetivo de atuação, o GTE 92 - Grupo de Trabalho Eleições 92 - entra na sua fase de expansão. Cumpridas as primeiras etapas das coordenações de Capacitação e de Sistematização, um número crescente de produtos encontra-se à disposição das instâncias partidárias, ao mesmo tempo em que as atividades de formação de planejadores de campanha multiplicam-se em reedições regionais e locais. Na comunicação, a emissão do **GTE 92 Diário** vem estimulando, nos municípios a instalação de fac-símiles, resultando na crescente agilidade da circulação de informações que tanto reivindicamos. E, mesmo padecendo de indefinição de recursos, a coordenação de Infra-Estrutura tem conseguido atender ao mínimo necessário de equipamentos e pessoal necessários ao GTE nacional.

A tendência é mesmo de crescimento. Mas é fundamental que os GTEs estaduais se instalem, com urgência. Precisamos destes interlocutores. Semeles é praticamente impossível caminhar em 92, os passos iniciais para o grande, e difícil, embate de 94.

## Munição da pesada

Tem gente pensando que *O Modo Petista de Governar* resume-se ao livro, organizado por Jorge Bittar a partir das experiências das administrações do PT e lançado em junho, em São Paulo. Mas, não. Além desta obra, escrita pelas mesmas pessoas que dirigiram, nas Prefeituras, os trabalhos relatados, há os *Bancos de Dados Qualitativo e Quantitativo*, fichas com resumo de 50 melhores desempenhos por setor e a *Exposição Modo Petista de Governar* que apresenta em painéis coloridos de computador, telão, fotos e toda espécie de material impresso, o que se fez nas nossas Administrações. Enfim, um jeito petista de glamourizar, no melhor padrão do primeiro mundo.

Tudo isso já está disponível (no quadro abaixo você tem os detalhes para aquisição dos produtos).

### Comunicação: subsídios e informação

Também aqui o modo petista é produto, em forma de fitas para vídeo e rádio. Trata-se de um conjunto de documentários apresentando a experiência administrativa do partido em 24 prefeituras. O primeiro deles mostra as linhas gerais dos nossos governos, as políticas implementadas e os resultados obtidos. Na sequência, na mesma

fitas, entram mini documentários, com cerca de 10 minutos cada, tratando dos assuntos por Setor: Saúde, Educação, Habitação, Transporte, Meio Ambiente/Saneamento, Orçamento/Inversão de Prioridades, Administração, Cultura e, Esportes e Laser.

Com esse material o GTE pensa municiar a militância para o primeiro momento da campanha, subsidiando debates gerais ou setorializados, nos municípios.

Outro investimento, em nível nacional, é o *GTE 92 Diário*, um boletim emitido por fax a todos os DRs e DMs que possuem o equipamento. Através dele, as instâncias partidárias recebem prontamente as informações sobre o que acontece na direção nacional, no GTE nacional e, em breve, também notícias da nossa bancada federal.

Em algumas semanas terá início o "Corujão", um fax news cobrindo as emissoras de TV, rádio e jornais impressos de circulação nacional. Também diário, o Corujão vem ocupar uma lacuna que geralmente deixamos em períodos eleitorais, na área de Assessoria de Imprensa. Recomendamos que, à medida do possível, DRs e DMs procurem enviar notícias aos meios de comunicação regionais e locais,

respectivamente, garantindo, assim, a maior abrangência possível da cobertura jornalística.

### Capacitação na reta final

Concluída a etapa de formação de Planejadores de Campanha e de responsáveis pela Propaganda Eleitoral, a capacitação entra, agora, em fase de acompanhamento das atividades multiplicadoras da sua ação inicial, que vem acontecendo em diversos estados, sob comando das direções regionais.

Paralelamente, prossegue com a edição do Manual de Campanha, definido como uma série de publicações que, reunidas, compõem a obra completa. Já foram publicados os Manuais de Escolha e Registro de Candidatos e Instruções sobre Propaganda Eleitoral. Mas ainda há temas importantes no prelo, como organização geral de campanha, orientação sobre material de propaganda.

Em breve deve-se definir, também, um município que a coordenação acompanhará até a data da eleição, de modo a sistematizar o desenvolvimento da campanha, acumulando acertos para o futuro do partido, ao mesmo tempo em que os erros sejam detectados e corrigidos.

## O MODO PETISTA DE GOVERNAR

### Fita de vídeo O Modo Petista de Governar

Custa 100 dólares (incluindo remessa, via sedex) - Pedidos para GTE 92, com José Rocha (fone 011- 223 7999 ramais 228 e 229)

### Fita cassete O Modo Petista de Governar

Custa Cr\$ 50.000,00 (incluindo remessa, via sedex) - Pedidos para GTE 92, com José Rocha (fone

011- 223 7999 ramais 228 e 229)

### Exposição O Modo Petista de Governar

O custo é variável, dependendo de diversos fatores.

Ligue para a Agência Gauche, no Rio, faça acertos e tome informações com Kátia (fones 021- 262 4841 e 262 1326)

### Banco de Dados Qualitativo e Quantitativo O Modo Petista de

### Governar

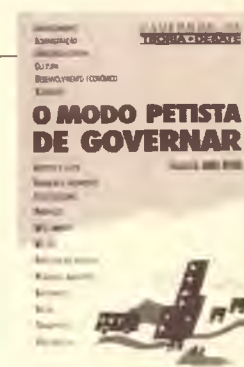
Tem duas versões de conteúdo idêntico:

cópia em um único disquete 3 1/2  
cópia em quatro disquetes 5 1/4  
O preço de tudo, incluindo remessa via sedex é Cr\$ 50.000,00

Você pede no Instituto Pólis, com Ana Luiza (fone 011- 820 2945)

### Livro O Modo Petista de Governar

Cada livro custa Cr\$ 30.000,00



Para diretórios, pedidos acima de 10 exemplares, desconto de 30% com cheque para 30 dias. Na compra de 50 exemplares o cheque passa para 45 dias.

À vista, desconto de 40% na compra de um mínimo de 10 exemplares. Pedidos para Teoria & Debate com Mariângela (011- 220 2103)



# Filiação sem política de organização

A Secretaria Nacional de Organização realizou uma plenária nacional com a presença de representantes de 18 estados. Ótimo. Foi mesmo um fenômeno, na atual crise que vive o partido, fazer uma reunião com tão expressiva representatividade. Talvez isto tenha animado e levado os companheiros a aprovar a campanha dos “um milhão de filiados”. De acordo com a matéria do BN nº 63 (maio de 1992) esta decisão foi orientada pelo fato de que o PT “ampliou enormemente sua influência sobre os rumos do país. Porém, nossa estrutura não apresenta mais correspondência com nossa força real e representatividade social. O I Congresso aprovou um conjunto de mudanças que renovará a estrutura e funcionamento do partido”.

A constatação é correta e consensual. Porém, qual a solução encontrada? Uma campanha para passarmos dos atuais cerca de 700 mil filiados para um milhão até dezembro. Ou seja, uma aumento de 43% dos filiados em 6 meses.

Na situação atual do partido é um total despropósito que só se explica pela igualmente total falta de uma política de organização que compreenda o partido na sua dimensão estratégica e que busque colocar em prática, de modo integrado, nossas resoluções gerais de construção partidária aprovadas no I Congresso. Não temos planos e metas realistas e articuladas de construção. Apenas iniciativas localizadas e setorializadas, muitas vezes contraditórias.

Temos atualmente cerca de 700 mil filiados. Afora o período inicial de legalização houve uma campanha nacional de filiação em 87. Pelo que se sabe esta não conseguiu ser de fato uma campanha nacional, nem a plenária da SORG avaliou aquela experiência antes de definir a nova campanha. O fato é que a filiação partidária tem se dado na prática ao sabor das disputas nos encontros partidários para a eleição das direções e, mais recentemente, principalmente para a indicação de candidatos majoritários, com destaque para os municípios onde existem chances de vitória. Nestes momentos tem se realizado filiações massivas e grande esforço para levar os filiados a prévias e encontros, mobilizando todas as energias de tendências e/ou grupos de

interesse no partido.

Isto tem trazido uma deformação em duas vertentes: o partido, enquanto tal, não faz campanha de filiação, politizada, dentro dos critérios oficialmente definidos e sem interesses imediatistas; são feitas milhares de filiações com objetivos imediatistas, contraditórios às intenções formais do partido, despolitizada e sem dar alternativas e canais de participação aos filiados. Assim, como regra geral, depois dos encontros os filiados são abandonados à própria sorte, até o encontro do ano seguinte, quando uma parte será recontactada, outros estarão desaparecidos e novas filiações artificiais serão feitas para a disputa do aparelho partidário e dos executivos, ou simplesmente para viabilizar o quórum.

## Onde estão nossos filiados?

O resultado são filiados não localizáveis. Podemos afirmar que, com sorte, no máximo 20% dos filiados cartoriais do PT aparecem uma vez por ano (ou de dois em dois anos) para votar nos encontros, o que é o mínimo imaginável de participação de um filiados em qualquer partido. Isto num cálculo otimista, pois os encontros municipais geralmente se fazem com quórum pouco superior a 10% e quase nunca ultrapassando os 20%. Muitos não tem nem conseguido o quórum mínimo de 10%. Mesmo este suposto máximo de 20% que vão aos encontros, o fazem, em grande parte, “carregados” pelos grupos de interesse e tendências em disputa através de carros, kombis e até ônibus. As “anistias” tácitas da contribuição financeira, o inchamento das listas de “desempregados” e a prática de “alguém” paga a dívida dos filiados são comuns e quase uma hipocrisia institucionalizada no partido.

Levamos 12 anos para fazer estas 700 mil filiações cartoriais sendo que apenas cerca de 140 mil podem ser consideradas, com muito boa vontade, como “filiados reais”, ou seja, que tem ao menos um ligeiro contato com o partido por ano.

## Matemática e não política. Mas qual?

Portanto, fazer mais 300 mil filiações até dezembro significa um

aumento de 43% em relação aos 700 mil (e não os 25% da matemática esdrúxula da SORG) e mais de 200% em relação ao que, num lampejo de benevolência, chamamos de “filiados reais”. E isto num momento de grave crise política, ideológica e orgânica em que vivemos.

E como se chegou a esta meta? Provavelmente porque um milhão é um número redondo e 300 mil o que falta para chegar lá. Aí, define-se uma meta nacional e a partir dela “cada estado planejará, organizará e coordenará o desenvolvimento da campanha junto aos municípios”. Parece até os planos quinquenais do planejamento burocraticamente centralizado do “socialismo real”. Mas não é. Em termos de eficácia é pior, por vários motivos. Aqui não existem mecanismos de coerção nem estímulos materiais. A atenção política está voltada para “outras coisas” e não há definição de prioridades. A emulação ideológica da militância está em baixa e (ah!) o plano não é quinquenal, mas semestral.

Fatores estes que não são lembrados por quem definiu a campanha, como se o orgânico tivesse absoluta autonomia em relação ao político-ideológico.

Uma campanha de tal envergadura só poderá dar certo em termos quantitativos e qualitativos se fosse de fato a prioridade total do partido em todos os níveis envolvendo todas as suas instâncias, militantes, dirigentes, recursos materiais, além de lideranças públicas e personalidades de expressão nacional como artistas e intelectuais. Se utilizássemos todos os meios disponíveis de informação e comunicação de modo intensivo, progressivo e permanente durante todo o decorrer da campanha. Dos boletins municipais ao programa nacional de rádio e TV, passando pelo **Brasil Agora** e boletins de todos os parlamentares. Se estivesse colada com uma campanha de finanças de massa capaz de viabilizá-la. Se fosse vinculada a uma ofensiva política do partido em âmbito nacional e nas várias frentes. Se levantasse a moral dos militantes e simpatizantes do partido, no sentido de mobilizá-los a um esforço militante como nos “velhos” tempos, o que passaria por uma verdadeira campanha interna paralela para revalorizar o PT como

partido classista, profundamente anticapitalista e que tem um projeto socialista para os brasileiros e a humanidade. E que no processo de campanha, fossem criados mecanismos e canais, dos quais o núcleo é o centro, para a participação dos novos e antigos filiados. Ou seja, uma campanha de filiação deste porte precisa estar umbilicalmente ligada a uma campanha de nucleação, pois, com os novos critérios do I Congresso, se houver vontade política, não há espaço onde não se possa construir um núcleo.

## Filiar organizando

Não parece que isto tenha sido avaliado na plenária da SORG. Pelo menos, na direção nacional do partido não foi. Na CEN, numa primeira e única discussão de meia hora, levantamos uma série de problemas com as filiações e dificuldades para implantar esta campanha. Mas acabamos aprovando-a a toque de caixa com apenas um voto contrário. No DN, praticamente só foi feita uma comunicação, pois no início da reunião a sala já estava enfeitada de cartazes com o slogan “entrar no PT é decidir os rumos do país”. Aliás, este slogan é bonito mas também tem um problema: entrar no PT, hoje, do jeito que as coisas estão, não garante nem ao menos decidir os rumos do PT.

Isto não significa que deveríamos ficar parados durante a campanha eleitoral. Mas se não existem condições para uma Campanha de Filiação tão pretenciosa, poderíamos orientar politicamente a militância e instâncias a fazer filiações mas moderadamente em termos de quantidade, atingindo novos apoiadores de nossos candidatos. E mais radicais quantitativamente, com maior discussão, nos comitês e grupos de apoio, sobre as propostas do partido e as resoluções do I Congresso, estimulando a transformação destes apoiadores em filiados conscientes dos seus direitos e deveres partidários, para que o fim dos comitês e grupos de apoio depois das eleições fosse o início de muitos outros núcleos. Assim, acabaríamos tendo mais filiados. E melhores.

Jorge Almeida

Secretário Nac. da Juventude/  
membro da CEN e do DN



## A "Justiça" condena os lavradores gaúchos.



Amaral, Moreira, Gowaski e Bento

Os líderes do movimento dos Sem Terra (MST-RS) acusados da morte do soldado Valdeci de Abreu Lopes, durante o conflito da Praça da Matriz, em agosto de 1990, foram levados a julgamento no dia 24 de junho, pela 1ª Vara do Juri de Porto Alegre. Eles foram absolvidos da acusação da morte do PM mas foram condenados por estarem envolvidos de, alguma forma, com o crime.

Após a interferência da Polícia Militar, uma manifestação em favor da Reforma Agrária, no dia 8 de agosto de 1990, transformou-se, em um conflito que causou a morte do PM e deixou 72 feridos, entre eles a ré Elenir Nunes, que levou um tiro do PM que morreu. Quatro dos seis acusados foram mantidos, durante dezessete meses, no Presídio Central de Porto Alegre. As negativas aos oito pedidos de *habeas corpus* feitos por seus advogados durante esse período levaram os lavradores acusados a se considerarem presos políticos da luta pela Reforma Agrária. O relaxamento da prisão desses lavradores só se deu no dia 6 de janeiro de 1992.

Ao ser instalado, na manhã do dia 24, o Juri Popular de acusação contra os seis membros do Movimento Sem Terra - Otávio Amaral, 28 anos, José Carlos Gowaski, 22, Augusto Moreira, 38, Idone Bento, 41, Elenir Nunes dos Santos, 25, José Algemiro de Campos, 26 -, a juíza Elaine Harzheim Macedo ouviu o depoimento dos agricultores que negaram completamente a autoria do crime. Eles afirmaram desconhecer as circunstâncias de como aconteceu o crime, descrevendo detalhadamente a forma como foram presos, antes, inclusive, do fato ter acontecido e muito distante do local. Na tarde do dia 24, a principal testemunha de acusação, que não se apresentou, foi levada "sob condução" para o fórum.

Nesse dia uma manifestação de solidariedade aos agricultores foi prejudicada pela Brigada Militar que apreendeu o caminhão de som. O MST recebeu centenas de manifes

tações de solidariedade de entidades de todo o país que foram anexadas ao processo.

Apesar da grande expectativa quanto à absolvição completa dos companheiros eles foram condenados pelo envolvimento no episódio que gerou a morte do PM e receberam penas de seis e sete anos. Os advogados de defesa já recorreram da sentença.

## Sai a regulamentação da Reforma Agrária

*Não foi uma vitória, mas temos mais motivos para comemorar do que os conservadores.*

A regulamentação da Reforma Agrária entrou na pauta da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados graças as pressões de partidos políticos e entidades ligadas aos trabalhadores rurais. Ao projeto do PT, nº 11, o primeiro da pauta, estavam apresentados 13 substitutivos. A Comissão não conseguiu consenso e a votação foi remetida ao plenário da Câmara.

Para surpresa, até dos mais otimistas, a Câmara conseguiu aprovar, na sessão extraordinária do dia 26 de junho, o projeto que

regulamenta os dispositivos da Constituição relativos à Reforma Agrária. O projeto aprovado foi o substitutivo ao projeto nº 11/91, apresentado pelo deputado Odelmo Leão (PRN-MG). Este substitutivo é produto da fusão da proposta original do deputado Odelmo Leão com a do deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP) e é apoiado pelo Ministério da Agricultura.

Avaliando que não conseguiria preferência para o projeto de lei nº 11, o PT armou-se de um conjunto de emendas ao substitutivo e destaques para votação em separado. Para garantir a votação ainda neste semestre, o líder do PT, Eduardo Jorge, ameaçou obstruir a votação do projeto dos portos caso não fosse assegurada a deliberação sobre a Reforma Agrária.

A aprovação do substitutivo só foi possível graças ao êxito do processo de negociação desenvolvida pelos líderes dos partidos. Mas em contraste com esse esforço pelo entendimento, os parlamentares ligados à UDR, sob a liderança do deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), usaram todos os meios para inviabilizá-lo, apostando na aprovação do substitutivo do deputado Fábio Meirelles (PDS-SP), cujo conteúdo era fiel às posições dos setores ultra-conservadores da área rural.

Numa análise geral, pode-se afirmar que o projeto aprovado não é explícito quanto ao ponto fundamental que diferencia os posicionamentos dos conservadores e progressistas, isto é, a exigência do cumprimento da função social da propriedade, pela propriedade rural considerada produtiva.

Para os progressistas a conquista de certa ambiguidade do texto chegou a ser motivo de comemoração, diante do quadro desfavorável da correlação de forças que se apresentou no embate.

Na verdade, os partidos de esquerda, em que pese o distanciamento entre o texto aprovado e a proposta de reforma agrária idealizada, tiveram outros motivos para comemorar: conseguiram remover o caráter, que prevalecia até então, de intocabilidade do substitutivo original; conseguiram incorporar ao substitutivo emendas extremamente importantes como:

- a supressão do parágrafo 8º, do artigo 6, :'' os conflitos decorrentes da posse e uso da propriedade produtiva serão resolvidos segundo a legislação civil e penal, ficando vedado ao Poder Executivo desa-

propriá-la'' - PT;

- a supressão dos parágrafos 6 e 7 do artigo 9, segundo os quais, a infringência da legislação ambiental somente ensejaria a desapropriação, caso o proprietário se recusasse a cumprir as decisões do órgão federal competente e, da mesma forma, a desobediência às leis trabalhistas só possibilitaria a desapropriação caso o proprietário infrator não cumprisse as decisões judiciais'' - PT;

- a supressão do parágrafo único do artigo 13, dispondo sobre o impedimento do Poder Público desapropriar outra área no município, enquanto não iniciadas as ações sobre destinação de área já desapropriada, salvo em caso de graves conflitos sociais'' - PT;

- a supressão do parágrafo 2, do artigo 8, que dispensava do GEE (índice econômico fixado para o Grau de Eficiência e Exploração), as propriedades particulares em que se desenvolvesse projetos de pesquisa.

## Começa a 3ª etapa do curso de formação

Está confirmado. De 6 a 11 de julho a Secretaria Agrária Nacional - em conjunto com a Secretaria Nacional de Formação Política, GTE 92 e Instituto Cajamar - realizará a terceira etapa do curso de formação, mantendo o tema: "Os processos eleitorais e a construção do PT nas cidades de economia agrícola".

Os objetivos principais do curso são:

- Promover a discussão sobre nossa prática enquanto formadores no processo eleitoral;

- Releer o material já estudado em etapas anteriores do curso para tornar propositivas nossas avaliações;

- Possibilitar minimamente a capacitação para o planejamento eleitoral estratégico.

Vale ressaltar que contamos com a colaboração dos companheiros do GTE na elaboração, planejamento e execução do curso o que reforça nossa certeza sobre a sua importância e nossa segurança nos seus desdobramentos.



# Brasiguaios, os deserdados da terra

*Várias tentativas de retorno ocorreram desde o anúncio do Plano Nacional de Reforma Agrária, o PNRA da Nova República. Elas foram contidas pela repressão tanto do lado paraguaio quanto do brasileiro. Mas agora não há como detê-los. Os Brasiguaios já iniciaram a volta.*

**S**ão 300 mil camponeses sem terra, oriundos do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e em menor medida de outros estados brasileiros. Há mais de três décadas eles se viram obrigados a buscar refúgio no Paraguai, quando foram desalojados pela hidrelétrica de Itaipu, quando foram expulsos pelas milícias das empresas colonizadoras no sudoeste paranaense e depois pela política agrícola do governo que privilegiou a monocultura mecanizada para a exportação.

O Estado brasileiro atuou como força orientadora desse processo de migração de camponeses que atendia à necessidade de esvaziar a pressão dos sem terra sobre a estrutura fundiária dos estados do sul; atendia a necessidade expansionista do regime militar na disputa geopolítica com a Argentina pela hegemonia do Cone-Sul; atendia a necessidade de formar um cinturão de segurança em torno da Barragem de Itaipu. Stroessner optou pelo alinhamento com o Brasil sacrificando a soberania do Paraguai em nome de um remoto projeto de desenvolvimento subordinado ao "Milagre Brasileiro".

Hoje, esses milhares de trabalhadores ocupam as melhores terras do Paraguai e são vistos pelos camponeses paraguaios como invasores, intrusos. Descapitalizados e sem recursos os agricultores não conseguem pagar insumos e sementes com o que produzem. São obrigados a entregar máquinas e animais para pagar as dívidas. Neste primeiro semestre vencem os contratos de arrendamento de cerca de 5 mil famílias. Sem incentivo para continuar eles iniciaram o êxodo.

## O Retorno

Na madrugada do dia 25 de maio a Polícia Militar deteve um ônibus e seis caminhões, em Amambai, no Mato Grosso do Sul (a 345 quilômetros de Campo Grande) que transportavam quase 400 famílias, cerca de 1200 pessoas. Outros sete caminhões, transportando aproximadamente 800 pessoas, entre elas muitas crianças, foram detidos no município de Tacuru, vizinho a Amambai. Outros vinte ônibus, segundo os brasiguaios, estão no Paraguai prontos para fazerem o mesmo trajeto.

Para garantir o "direito à propriedade" a Polícia Militar, sob as ordens do Secretário de Segurança Pública do Estado, deslocou uma guarnição do 4º batalhão de Ponta Porã para Amambai. O caminhão que transportava os

alimentos foi apreendido. A bagagem dos sem terra foi revistada. Utensílios como canivetes, facões e facas de cozinha foram confiscados. Diante da tensão que aumentava a cada instante, o prefeito de Amambai, Anilson Rodrigues de Souza, do PT, emprestou 34 casas populares, em construção, para abrigar temporariamente uma parte das famílias e procurou intermediar as negociações entre o governo do Estado e os brasiguaios, que garantiam ter vindo de mudança, sem pretensões de voltar. Eles vieram cobrar a promessa do ministro Antonio Cabreira de assentamento de 2500 famílias.

Quinze dias se passaram. Os mantimentos trazidos chegaram ao fim. A hostilidade dos fazendeiros locais aumentou. Os líderes do grupo alojado em Amambai foram ameaçados de morte por seus jagunços. O motorista do ônibus que conduziu as famílias na travessia foi assassinado no dia 11 de junho. Mesmo tomando conhecimento das denúncias feitas pelos agricultores o secretário de segurança do estado, José Bizkallah, não tomou qualquer providência. Fazer um bloqueio na rodovia MS 156 foi a forma que encontraram para atrair a atenção dos governos estadual e federal para o problema.

## Vereadores se calam

O número de famílias acampadas em Amabai subiu para 700. O prefeito Anilson Rodrigues, enviou à Câmara Municipal um projeto de concessão de ajuda aos acampados. Os vereadores não votaram o projeto alegando estarem de luto em função da morte acidental do



ex-deputado estadual Fernando Saldanha. Os brasiguaios também entregaram um documento ao presidente da Câmara pedindo que autorizem o prefeito a atender suas reivindicações de fornecimento de alimentos, água, lenha, agasalhos, alojamento provisório e assistência médica. Mas, não obtiveram resposta.

Uma comissão de brasiguaios foi a Brasília para reivindicar inicialmente a desapropriação de duas fazendas que estão com processos na Política Federal por plantio de Maconha.

Além de ignorar a presença dos brasiguaios o governo do Mato Grosso do Sul faz vista grossa para a atuação das milícias do latifúndio. O Ministro Antonio Cabrera, que esteve no estado no dia 17 de junho, afirmou que não atenderá os brasiguaios porque no Mato Grosso do Sul não há terras disponíveis.



# O Partido dos Trabalhadores e a ECO-92

**1** A Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento que se realiza no Rio de Janeiro com a presença de mais de uma centena de chefes de Estado e de governo, de centenas de ministros, parlamentares, cientistas e técnicos, e os eventos paralelos que estão ocorrendo no Foro Global, constituem-se em um momento privilegiado de reflexão e tomada de decisões que incidirão sobre o futuro da humanidade.

Ao mesmo tempo em que espera que as delegações oficiais estejam à altura de suas responsabilidades históricas, o PARTIDO DOS TRABALHADORES saúda os milhares de militantes ecologistas de todo o mundo que acorreram ao Brasil para, nas discussões paralelas, debater problemas cruciais de nosso planeta, definir alternativas em escala internacional e influir sobre as decisões da conferência oficial.

Por reconhecer os limites da reunião oficial, o PT confere enorme importância ao Foro, como expressão de uma vontade democrática que se expressa em escala internacional, para imprimir novos rumos ao debate e às políticas de desenvolvimento econômico e social da humanidade.

A articulação que hoje está ocorrendo no Rio de Janeiro deve ser o ponto de partida para um grande movimento ecologista em escala planetária capaz de propor novas e consistentes alternativas para o desenvolvimento humano.

**2** A Rio-92 se realiza em condições internacionais bastante distintas daquelas existentes em 1987, quando de sua convocação. Não só se produziram radicais transformações geopolíticas no mundo, com o fim dos regimes do "socialismo real" no leste europeu e a desintegração da URSS, como se aprofundou a distância entre o "Norte" e o "Sul" do planeta.

Junto com a reconfiguração econômica do mundo - expressa na consolidação de novos blocos econômicos - assiste-se à tentativa dos Estados Unidos, sobretudo depois da guerra do Golfo, de afirmarem-se com uma única potência político-militar, a despeito das dificuldades econômicas e sociais que enfrentam. Conseqüências disto é a política dos EUA de bloqueio a Cuba e a persistência da ocupação do Panamá.

A maior parte da América Latina, a totalidade da África e partes significativas da Ásia enfrentam hoje uma grave crise econômica e social. Esta crise atinge, ainda que com uma intensidade menor, aos países do Norte, onde cresce o desemprego, os fenômenos de pauperização e marginalização dramaticamente evidenciados pelos recentes acontecimentos de Los Angeles.

As políticas neoliberais, que orientam a ação das grandes potências em suas relações com o Sul, têm sido responsáveis por recessões agudas, precipitando alguns países, que haviam experimentado um considerável desenvolvimento no passado, em processos de desindustrialização.

Toda esta situação deixa atrás de si um rastro de miséria social sem precedentes.

Ao mesmo tempo em que preserva seus produtos com medidas abertas ou disfarçadas de protecionismo, o Norte impõe ao Sul o livre-comércio, usa de sua situação de monopólio para degradar os termos de intercâmbio e tenta confiná-lo a um lugar subalterno na divisão internacional do trabalho. Para tanto, nega-se a transferir tecnologia, e procura, através de uma política acelerada de privatizações, diminuir a capacidade do Estado de atuar como elemento regulador do desenvolvimento econômico e social, que passaria ser de agora em diante o resultado do funcionamento das "leis do mercado".

A tentativa de construção desta "nova ordem mundial" se faz com o sacrifício crescente do direito à autodeterminação dos povos e da soberania nacional, princípios que nada têm a ver com manifestações passadas e presentes de nacionalismo ou mesmo de xenofobia. Faz-se, sobretudo, com crescentes sacrifícios impostos às classes trabalhadoras, que vêm suas condições de vida se degradar e suas parcas conquistas serem ameaçadas. Implica em crescentes ataques à democracia política, como demonstramos acontecimentos recentes da Venezuela e do Peru.

Mas é importante afirmar que estas políticas não são o resultado de meras imposições "de fora", só se viabilizando em razão do apoio ativo das elites locais.

Articulando este conjunto de dificuldades que afetam o Sul e particularmente a América Latina, está o problema da DÍVIDA EXTERNA

que sufoca nossas economias, impedindo qualquer programa consistente de retomada do desenvolvimento.

Sem estas considerações sobre a situação econômica e política do mundo não se pode realizar qualquer discussão consistente sobre os problemas do meio-ambiente.

**3** A degradação ambiental que hoje ameaça o planeta é a expressão dos valores de uma sociedade que mercantiliza as relações entre homens e mulheres, produzindo a injustiça social e a destruição do patrimônio natural e histórico.

Vivemos em sociedades em que a noção de progresso se reduz ao aumento do PIB, em que dominam concepções etnocêntricas que desrespeitam outros povos e culturas, em que se nega às mulheres a cidadania reduzindo-se a funções reprodutoras e, com isso, submetendo-as a políticas de controle de natalidade, particularmente a esterilização.

Estamos diante de grandes desafios: qualquer transformação econômica, social e política, passa igualmente por uma revolução cultural e ética, que aponte para uma sociedade mais justa, solidária, ecologicamente responsável e radicalmente democrática.

A crise ambiental que vive hoje a humanidade, e que ameaça seu futuro, é o resultado de concepções economicistas e produtivistas de desenvolvimento compartilhadas tanto pelo capitalismo como pelo socialismo estatista-burocrático.

O PARTIDO DOS TRABALHADORES desde sua fundação se insurgiu contra estes valores, construindo sua concepção anticapitalista a partir de uma perspectiva eco-socialista.

**4** O governo Collor tenta utilizar a Rio-92 e o crescente interesse que as questões ecológicas despertam na população para afirmar seus propósitos subalternos.

O fato dos problemas ambientais serem internacionais não exime o governo de propor um projeto de desenvolvimento nacional, soberano e democraticamente construído, que incorpore a dimensão ambiental.

Não basta a criação de reservas

indígenas, de reservas extrativistas e de unidades de conservação se não houver uma política de democratização de propriedade da terra - uma autêntica reforma agrária - e políticas públicas que apoiem efetivamente as populações tradicionais dessas áreas. A política neoliberal de livre-comércio, que servilmente o governo Collor vem adotando, é, para só citar um exemplo, um duro golpe para os produtores de borracha da Amazônia que são obrigados a abandonar seu habitat para sobreviver.

De nada adianta o governo encher a boca com expressões como "desenvolvimento sustentável", se as populações da Amazônia e de outras regiões do país continuam desassistidas em áreas onde sua relação com o meio ambiente as coloca em risco permanente.

Não há possibilidade de qualquer tipo de desenvolvimento se, para pagar a dívida externa e obedecer as imposições de ajuste econômico feitas pelos organismos internacionais, o governo desestrutura os programas de habitação e saneamento, inviabiliza os serviços públicos, particularmente os de fiscalização ambiental. A tudo isso se soma o fato das políticas ambientalistas do atual governo aparecerem frequentemente associadas a escândalos de corrupção, como se desprende das denúncias relacionadas com a preparação da Rio-92, ou da complacência de funcionários de organismos do governo para com os grupos madeireiros.

De nada adianta a retórica ambientalista do governo ou o marketing ecológico dos empresários, se a população trabalhadora vive nas fábricas e nos campos o inferno produzido pela poluição industrial e pelos agrotóxicos ou é submetida ao consumo forçado de milhares de toneladas de produtos prejudiciais à saúde, lançados na atmosfera, nas águas e no solo, sem que sobre essas ações se exerça o controle democrático da sociedade.

**5** O governo brasileiro não pode ser conivente com a arrogância de alguns países - especialmente os Estados Unidos - que se recusam a assumir suas responsabilidades como principais agentes da degradação da camada de ozônio, ao não admitirem impor a seus empresários as ne-



cessárias reconversões de suas indústrias e produtos em conformidade com exigências ecológicas elementares.

O governo brasileiro não pode ser conivente também com as tentativas de postergar os acordos e tratados relacionados com materiais genéticos, biodiversidade e florestas. A tática das grandes potências é a de esvaziar o debate destes temas agora, quando os olhos do mundo se voltam para o Rio e a pressão dos ecologistas se faz mais forte, para tentar soluções mornas e inócuas em tratados a serem assinados mais tarde.

**6** Os brasileiros, que convivemos com ecossistemas tropicais e com populações e culturas que souberam respeitar o processo de exuberante variedade genética, devemos ser hoje capazes de reivindicar para nosso país e para todos aqueles do Sul os recursos e as tecnologias necessárias para viabilizar um novo modelo de desenvolvimento que articule a justiça social com a convivência harmoniosa com a natureza.

Cabe neste particular denunciar energeticamente a atitude de grandes potências que se negam a conceder recursos adicionais para que se possa implementar em escala internacional uma autêntica política de preservação ambiental.

Mas a transferência de tecnologia e sua apropriação não pode ser obra da ação centralizadora de grupos de tecnocratas, devendo estar sujeita aos mecanismos de controle social. Os imperativos de um desenvolvimento ecologicamente harmônico colocam na ordem do dia o aprofundamento da democracia, com a multiplicação do controle social do Estado.

**7** Não podemos ceder às pressões de trocar a dívida externa por concessões em matéria ecológica, que aumente mais ainda a capacidade de intervenção estrangeira no país a partir de propostas de "monitoramento" unilateral de nosso desenvolvimento. A dívida é a expressão da "velha ordem internacional", cuja caducidade é cada dia mais visível.

Uma das alternativas que permite associar a crucial questão da dívida externa à da preservação ambiental é

a de transformar os atuais débitos dos países do Sul em um fundo de desenvolvimento econômico, social e tecnológico no qual a preservação ambiental seja um item fundamental. Este fundo deverá ser administrado pelos países em desenvolvimento, garantidos mecanismos de controle social de seu uso. Sem enfrentar esta questão decisiva de quem e como se financiam os custosos projetos de preservação ambiental, qualquer decisão que venha a ser adotada a respeito não passará de retórica estéril.

Não podemos, igualmente, aceitar os planos de controle de natalidade - cuja face mais cruel é a esterilização clandestina de grande parte de nossas mulheres, sobretudo da população pobre e negra - sob o argumento de que não há meios para alimentá-la.

A realização de um programa de transformações econômicas, políticas e sociais em nosso país e na imensa maioria dos países do Sul mostrará a existência de um enorme potencial capaz de resolver os problemas da fome e do subdesenvolvimento.

**8** O PARTIDO DOS TRABALHADORES tem uma tradição de luta em defesa dos valores de uma transformação social e política radicais que incorpora a dimensão ecológica como um aspecto essencial.

Esta tem sido sua conduta nas lutas sociais nestes 13 anos de sua existência. Esta tem sido uma dimensão fundamental da ação de seus parlamentares. Esta tem sido uma preocupação constante de todas as administrações à frente das quais se encontram nossos militantes.

O PARTIDO DOS TRABALHADORES é um partido SOCIALISTA e ECOLOGISTA que tem dentre seus filiados milhares de ativistas das lutas pela preservação do meio ambiente e que tem o privilégio e a honra de haver tido dentre seus militantes e dirigentes aquele que é o símbolo desta nova articulação política e cujo exemplo ilumina nos debates da Rio-92: nosso companheiro CHICO MENDES.

**9** O PARTIDO DOS TRABALHADORES considera que os debates da Rio-92, especialmente os do Foro Paralelo podem constituir-se em um



momento decisivo de fortalecimento de uma consciência universal em prol de um novo modelo de desenvolvimento para a humanidade.

A intervenção de expressivos setores da sociedade civil de dezenas de países, a presença de milhares de ONGs, são sinais evidentes de que está criado um movimento internacional de cidadania que tem como objetivo fundamental a preservação do futuro da humanidade.

Não podemos compactuar com políticas governamentais ou com a complacência de governos em relação àqueles que arrasam o solo do planeta, que poluem a atmosfera alterando drasticamente as condições de vida de bilhões de pessoas, que comprometem os cada vez mais escassos recursos de água.

O desafio colocado a todos os ecologistas e autênticos socialistas não é simplesmente o de formular uma política de preservação - tarefa por si só enorme - mas o de sentar as bases para um novo modelo de desenvolvimento econômico que altere radicalmente as atuais estruturas de produção e que seja capaz de compatibilizar crescimento, justiça social

e proteção ambiental.

Este novo modelo exige uma radical transformação da política mundial, uma autêntica democratização dos organismos internacionais - a ONU em primeiro lugar - com o fim das tutelas que exercem sobre a humanidade o FMI, Banco Mundial, G7 e organismos congêneres.

É de fundamental importância perseguir uma política de paz, de desarmamento e desmilitarização do mundo, o que só pode ser obtido por uma intervenção crescente de homens e mulheres nas lutas cotidianas.

Esta presença de milhares de ecologistas do mundo inteiro no Rio de Janeiro deve ser entendido como o alvissareiro sinal de que uma nova era está se desenhando na qual cidadãos e cidadãs do mundo tomam o destino e o futuro deste em suas mãos em defesa daquela espécie que no sul do mundo é a mais ameaçada: o ser humano.

*Rio de Janeiro, 2 de junho de 1992.*

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**  
PRESIDENTE DO PARTIDO DOS  
TRABALHADORES



## El Frente vá!

*Assim, mais de 50 mil salvadoreños saudaram e participaram do ato político de lançamento do Partido da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN - El Salvador) no dia 23 de maio.*

O ato, que contou com a presença de delegações de todas as partes do país, com destaque à presença de camponeses das regiões de conflito e combatentes do END, Exército Nacional para a Democracia (FMLN), constitui um passo importantíssimo na afirmação e imposição do organismo político previsto a partir dos acordos de paz concluídos em 16 de janeiro, no México. Ainda que o cessar fogo se mantenha são reiteradas as manobras do governo para não honrar seus compromissos previstos no acordo de paz, entre os quais enviar projeto de lei ao Parlamento modificando a lei eleitoral para o registro do Partido da Frente Farabundo Martí.

Os acordos de paz concluem 3 anos de negociação e põem fim a 22 anos de luta, 12 anos de guerra que teve cerca de 70 mil mortes e 8 mil desaparecimentos num país de 5,5 milhões de habitantes. Segundo um dirigente do FMLN esta "solução política negociada é uma nova forma de vitória que nos permitirá passar de um equilíbrio de forças a uma nova etapa".

A luta pelo cumprimento dos acordos constitui-se no eixo político central da FMLN que defende uma atividade de tremenda intensidade para constituir-se em "Força político social, econômica como garantia da necessária alternância do poder político de uma sociedade democrática e pluralista com predomínio civil".

A tarefa de transformação deste pequeno país densamente povoado (260 hab/km<sup>2</sup>), com uma economia assentada na agroindústria e exploração do café, cana, algodão, carne e grãos básicos; uma economia sustentada artificialmente por ingressos de créditos privados e governamentais que em 1990 superaram em 22% o total das exportações; um país com taxas de emprego e subemprego que atingem 60% da população economicamente ativa (PEA); 70% de analfabetismo nas zonas rurais e com 1,5 milhão de salvadoreños fora do país, tudo isso passa pelo cumprimento dos acordos. Estes acordos compreendem modificações profundas nas Forças Armadas desde sua doutrina, academias militares, redução do efetivo e depuração na oficialidade até extinção de grupos militares, vigias policiais e guardas, redução efetiva e construção de uma

nova polícia nacional civil. Reformas no sistema judiciário e eleitoral, garantia de participação política plena aos integrantes da FMLN, direito de utilização dos meios de comunicação de massa públicos, liberdade aos presos por motivos políticos. No plano econômico e social está previsto um projeto de reconstrução nacional, um programa de seguridade social dirigidos aos setores de extrema pobreza, programas habitacionais, educação, saúde etc

E neste quadro -que a direção da FMLN avalia como uma vitória a assinatura dos acordos de paz e define a passagem da luta político militar à luta político social- que passamos, a convite da FMLN, cercada 15 dias em El Salvador trocando experiências ricas de nossas distintas trajetórias e realidades históricas, culturais, econômicas, políticas e sociais.

O desafio é grande e exige de todos nós a permanente e ativa solidariedade e uma postura internacionalista de apoio e divulgação da luta dos companheiros da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional e do povo salvadoreño nesta nova etapa de sua luta pela construção de um novo país.

Cezar Alvarez

## Mensagens

Enviados votos de pronto restabelecimento ao Presidente da Organização pela Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, em mensagem dos companheiros Lula e Marco Aurélio Garcia. Recebemos uma carta de agradecimento do Presidente Arafat: "agradeço este sincero interesse e preocupação com minha saúde(...) que expressam a verdadeira solidariedade com a justa luta de nosso povo".

Em conhecimento da nomeação do Dr. Ricardo Alarcón para ministro de Relações Exteriores de Cuba, Lula e Marco Aurélio Garcia enviaram-lhe uma mensagem reiterando a disposição do PT em desenvolver todas as iniciativas necessárias no sentido de frear a ofensiva norte-americana contra Cuba ..."

Mensagem a Nelson Mandela expressando nosso repúdio ao massacre na África do Sul e demonstrando a nossa solidariedade às decisões políticas do Congresso Nacional Africano (CNA)

## Um bom sinal

*Lula faz pronunciamento no encerramento da conferência: "Desenvolvimento Global - a responsabilidade do Norte", na Alemanha.*

O que marcou mais essa passagem do Lula pela Alemanha, entre os dias 14

e 16 de maio últimos, para participar da Conferência - "Desenvolvimento Global - a responsabilidade do Norte", a convite do SPD, o Partido Social Democrata alemão, foi a calorosa recepção oferecida ao presidente do PT pelos anfitriões. A começar pelo presidente do SPD, Bjorn Engholm, com quem manteve um encontro privado durante a conferência, passando por todas as instâncias do partido, a viagem serviu para aprofundar as relações entre o PT e a social democracia alemã a níveis nunca alcançados antes.

Um bom sinal da importância dada pelo SPD à presença de Lula - único líder brasileiro convidado para a conferência - aconteceu na noite do encerramento. Na agenda, estava previsto um encontro de Lula com Willy Brandt, presidente da Internacional Socialista. Como Brandt fora hospitalizado às pressas em Colônia, a direção do SPD, atendendo a uma indicação dele próprio, solicitou a Lula que fizesse a intervenção de encerramento da conferência em seu lugar. Ao final da sua intervenção no lotado auditório da sede do SPD, Lula foi aplaudido de pé como se estivesse no Estádio da Vila Euclides. Foi a chave de ouro de uma viagem de poucas horas que ainda deverá render muitos frutos no futuro, na medida em que alarga o campo de relacionamento do PT com a Internacional Socialista.

Como conciliar democracia, socialismo e ecologia nas novas relações Norte-Sul é o grande desafio dos partidos progressistas neste limiar do século XXI: este foi o tema central de Lula tanto na conferência como nos encontros mantidos com os dirigentes partidários e sindicais alemães. Na sua fala de abertura da conferência, Bjorn Engholm já havia deixado bem clara a posição do seu partido nas relações com o Terceiro Mundo, ao afirmar que "chegou ao fim da nossa cooperação com governos corruptos". Depois, no encontro com Lula, Engholm lembrou que seu país destinou nos dois últimos anos, no processo que se seguiu à unificação, mais recursos ao antigo lado oriental do que aos países em desenvolvimento no mundo todo. Como o dinheiro para a cooperação internacional encolheu, o presidente do SPD insistiu que, daqui para a frente, a Alemanha deverá escolher melhor seus parceiros, buscando uma nova base de relacionamento com os países em desenvolvimento.

Na opinião de Engholm, "a debacle do comunismo não deixa dúvidas que o socialismo real acabou para sempre na Europa e será preciso encontrar novos caminhos para um socialismo livre e democrático". Ao perguntar como está este debate no Brasil, Lula lhe respondeu

que, nas últimas duas décadas, este foi o grande tema discutido pelas esquerdas na América Latina, "quando ainda havia uma predominância das lutas revolucionárias e a luta democrática era secundária, mas agora este quadro está-se invertendo". Lula disse que, depois de quase vencer as eleições no Brasil o PT ganhou uma nova dimensão na América Latina e teve papel importante na organização dos dois encontros dos partidos de esquerda promovidos em São Paulo e na Cidade do México. "Estabelecemos um novo patamar para a discussão sobre democracia e socialismo", disse Lula, que aproveitou para convidar Engholm a participar do próximo encontro, marcado para a Nicarágua, agora em julho.

Engholm ressaltou a necessidade de união das forças de esquerda para enfrentar a onda conservadora que se alastra pelo mundo e perguntou a Lula por que o PT ainda não se filiara à Internacional Socialista. O presidente do PT avaliou que a complicada realidade da história política da esquerda na América Latina levou a Internacional Socialista a nem sempre escolher a melhor opção entre seus representantes no continente. Lula disse que há no Brasil hoje pelo menos meia dúzia de partidos com grande proximidade em relação à Internacional Socialista e seria necessário conhecer melhor a realidade política do país antes de se definir pela filiação de um único partido - no caso, o PDT, que não foi convidado para a conferência.

"É preciso estabelecer uma nova discussão sobre a participação da América Latina na Internacional Socialista", disse Lula, com a concordância de Engholm, para quem a IS "teve até agora uma visão muito eurocentrista do mundo". Os dois concordaram também com a necessidade de manter um maior fluxo de informações entre os partidos. Lula reconheceu que, até 1989, o PT era um partido muito isolado internacionalmente, mas que, agora, essa situação mudou, lembrando as 12 viagens ao exterior que fez no ano passado. Na despedida, Peter Hengstenberg, vice-diretor para a América latina da Fundação Friedrich Ebert, que ciceroneou Lula durante a viagem, apontou para um castelo no alto da colina que circunda Bonn, prevendo que, quando o presidente do PT voltar à Alemanha após as próximas eleições, deverá ficar hospedado lá na residência oficial. As eleições alemãs coincidem com as do Brasil, em 1994, e o SPD tem grandes chances de voltar ao poder. Na estação de trem de Bonn, Hengstenberg e Lula desejaram-se mútua boa sorte.

Ricardo Kotscho



## Planejamento 92

*O projeto superior da formação é ter maior incidência no projeto político do partido. Para isso a SNFP buscará em 92 estruturar e garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Formação.*

Apesar de tudo que tem sido feito a formação continua tendo uma fraca incidência na construção do projeto político do PT. Este é o problema central que mobilizou durante quatro dias a SNFP e desencadeou o seu planejamento estratégico para o ano de 1992.

Contribuíram com esta atividade, que se realizou nos dias 24 e 25 de fevereiro e de 18 e 19 de março, companheiros das Secretarias de Minas, Bahia, Rio Grande do Sul, Acre, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Amapá, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

O debate sobre a fraca incidência da formação política gerou uma profunda reflexão no coletivo. Não se trata de uma desqualificação do trabalho realizado, mas de repensar a articulação que tem sido feita com as outras atividades partidárias, a estruturação e forma de funcionamento da secretaria e, mais ainda, qual a contribuição da formação política na concretização do projeto contra hegemônico para construção do novo poder. A partir daí consolidou-se a idéia de que o projeto superior da formação é ter uma maior incidência no projeto político do partido, para isso o plano da SNFP no ano de 92 buscará estruturar e garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Formação.

Este sistema pressupõe a existência da plenária nacional de formação, que deve reunir-se uma ou duas vezes por ano e aglutinar todos os secretários estaduais e os membros do DN que assumam prioritariamente o trabalho da SNFP; o coletivo nacional que deve reunir-se de dois em dois meses com a presença de pelo menos 9 estados; e ainda a coordenação nacional da SNFP da qual participam os dirigentes nacionais integrantes da secretaria.

Além desta estrutura de direção, a secretaria dispõe ainda do GTF (Grupo de Trabalho da

Formação), composto por militantes dispostos a contribuir com as tarefas, e com a assessoria profissionalizada.

No planejamento estabeleceu-se quatro resultados que, se forem obtidos, dão conta de atingir o objetivo: SNFP estruturada, SNFP presente no cotidiano da atividade partidária, quadros partidários capacitados e funcionamento de um fórum de formação política. Para cada um desses resultados foram definidas atividades, determinados prazos, responsáveis e formas de verificar se a tarefa foi cumprida. Com esse método a SNFP pretende garantir a execução do plano e a consecução dos objetivos.

As principais atividades a serem desenvolvidas são: a construção do programa de formação básica e do programa de formação à distância, a continuidade do programa de formação de formadores, o desenvolvimento de atividades de capacitação do GTE - Grupo de Trabalho Eleições 92, e a política de formação desenvolvida em conjunto com as secretarias setoriais. Além disso a SNFP buscará sistematizar as experiências já desenvolvidas, acompanhar a organização dos coletivos estaduais, editar um boletim periódico e redefinir a política de convênios com as Escolas de Formação - Instituto Cajamar, 13 de maio e Fundação Nativo da Natividade.

### NÚCLEOS DE BASE

## Formação de base é coisa séria

*A polêmica em torno da organização de base do PT não deve nos imobilizar nem favorecer à capitulação de que não é possível desenvolver-se uma sólida organização de base do Partido.*

Queremos sustentar a tese de que a organização de base é condição essencial, entre outras, para que exista de fato democracia interna.

Esta organização de base deve ser plural, adaptada a cada situação, a cada setor da ação partidária, como, de resto, consta das resoluções do I Congresso.

Ao mesmo tempo em que se desenvolve a justa polêmica em torno de formas mais adequadas, o Partido deve investir com seriedade nas formas de organização até agora existentes. Uma coisa deve ficar clara: é muito difícil existirem perdurando organização de base se algumas condições não forem cumpridas. Quais sejam: vontade política da direção traduzida em criação de condições efetivas de apoio e sustentação deste trabalho; deslocamento de quadros dirigentes e formadores para monitorar e realimentar o debate e as ações das organizações de base; produção de material pedagógico e informativo de apoio; abertura de um debate amplo para a constituição do projeto partidário que dê a linha política para a ação das organizações de base em seus respectivos setores de atuação. Além de tudo isso, devemos empreender um estudo sério e uma pesquisa em torno das formas de organização mais adequadas à cultura e história de nosso povo.

A Secretaria Nacional de Formação Política reconhece que tem um papel a desempenhar neste processo. Iniciamos no mês de maio a realização de um curso de Formação de Formadores para trabalho de base em cinco regiões do país, porque entendemos que formação de base é coisa séria e precisa de preparo e cuidados especiais. Estes multiplicadores deverão se empenhar exatamente em acompanhar e assessorar núcleos de base ou organizações similares. Nossa proposta, que lançamos desde já para debate geral no partido, é que em novembro, logo após o 2º turno das eleições municipais, lancemos uma campanha de **Organização de Base**, com a perspectiva clara de chamar a atenção da militância para a necessidade de todos, **Tomarmos o Partido em Nossas Mãos!**

A cada edição do Boletim Nacional ofereceremos um subsídio para a organização e funcionamento de um núcleo de base. Nesta edição estamos oferecendo sugestões muito simplificadas sobre como organizar uma reunião de base, pensando nos inúmeros municípios e regiões onde nunca se trabalhou esta questão:

### Reunião de núcleo

Aqui vai uma sugestão de como fazer uma reunião de núcleo.

A preparação é a primeira exigência indispensável para o sucesso de uma reunião. Essa tarefa é da coordenação. É importante construir uma proposta de pauta e dividir as tarefas: o convite aos filiados, a arrumação do ambiente, o papel de cada um na reunião.

OBS: O convite de boca (telefone) é pouco; é preciso entregar o convite personalizado e em mãos; o lugar deve ser agradável (limpo, arrumado, com assento para todos e com cartazes e, se possível, bandeiras do partido), essas coisas ajudam a criar um clima de seriedade e de entusiasmo.

A experiência mostra que a reunião quinzenal ou mensal e em hora fixa facilita a agenda de todos.

A reunião deve começar na hora prevista e, ordinariamente não deve durar mais que uma hora e meia. Feita abertura e a aprovação da pauta, o coordenador da reunião abre uma sessão de informes: o cumprimento das tarefas da reunião anterior, os acontecimentos das pessoas e dos movimentos. Então se entra no principal assunto do dia: um tema da conjuntura, uma tarefa interna, a participação numa luta, uma campanha do partido ou estudo de um documento. O encarregado do assunto deve buscar a forma mais simples e visual de apresentação: quadro, cartaz, slide, vídeo, painel, texto, sociodrama, ... cuidar para que todos participem (cochicho, grupo, intervenção no plenário, etc) com igual oportunidade e, ao final, resume as idéias e sugestões.

O que o núcleo vai fazer (de luta, de festa, de esclarecimento, de mobilização, de organização) é o encaminhamento da última meia hora. Todos assumem parte da tarefa decidida. Conforme o nível, o jeito, e o gosto de cada um, é claro. E a pessoa que anota os principais pontos da reunião registra também as tarefas e os responsáveis.

É importante que no início ou ao final da reunião o grupo possa expressar de forma descontraída, segundo seus costumes e cultura, com músicas, "causos" etc.

Estas sugestões são apenas uma referência; não se trata de receita formal; a cada situação deve se estabelecer formas próprias de se efetivar um encontro.



## INTERCÂMBIO

## PT Pará: um projeto para a disputa da hegemonia

O companheiro João Batista Barbosa, novo secretário de Formação Política do PT no Pará, nos envia esta matéria assinada pela companheira Raimunda Monteiro que apresenta o processo de montagem do Projeto de Trabalho a ser desenvolvido pela nova direção e pelo conjunto do partido naquele estado. Vale a pena dar uma olhada, neste momento em que o partido é desafiado a criar formas mais adequadas de estrutura e funcionamento para enfrentar os desafios da conjuntura. Construir um PT de massas, enraizado na classe trabalhadora, com participação de milhares tanto na elaboração de seu projeto quanto em sua execução é o desafio que devemos hoje enfrentar. Os companheiros do Pará encaram com seriedade e disposição de luta este propósito.

O Encontro Estadual do PT Pará, realizado de 29 a 31 de maio, consolidou um processo inédito de elaboração, discussão e aprovação de um projeto de construção partidária.

O projeto "Política de Atuação do PT Pará para o período 92 a 94", foi elaborado por um grupo de militantes e apresentado à Executiva do Partido no início de março deste ano. Nos dias 22 e 23 do mesmo mês, o documento foi discutido pelo Diretório Regional, recebendo emendas e contribuições. Foi publicada a segunda versão, enviada a todos os municípios para debate nos encontros municipais. Três mil cópias foram distribuídas pelo estado.

A terceira versão chegou ao Encontro Estadual com contribuição das diversas tendências internas do partido, inclusive nos itens de conjuntura e tática eleitoral, incorporando análise do Diretório Nacional e da Tendência Marxista.

### Nova direção

Os dirigentes do partido também foram indicados e articulados de

acordo com as necessidades de implantação dos seis projetos que constituem o Projeto Global de atuação partidária para os próximos anos. Durante o mês de abril foi costurado uma chapa identificada com os objetivos do projeto. Os nomes foram informados para o conjunto do partido com 15 dias de antecedência, anunciando, inclusive, que haveriam duas chapas.

A nova direção tem sob sua responsabilidade, viabilizar um projeto que é consenso partidário desde sua primeira versão. todas as emendas recebidas foram de aprimoramento e de soma. Isto pode ser um sinal de sucesso, assim como é alvissareiro o fato do projeto ter sido aprovado no maior encontro estadual já realizado pelo PT no estado. Foram 207 participantes, entre os quais, 23 delegados de núcleo. O novo presidente do CDE é Nonato Guimarães, um dos articuladores da proposta que representa essa qualidade nova na trajetória do PT do Pará.

### Qual é a do projeto?

São seis projetos integrados: Cidadania, Lutas Populares, Qualificação da Militância, Suporte ao crescimento Institucional, Comunicação e Auto-sustentação financeira. Suas propostas pretendem preparar o partido para realizar as definições estratégicas do I Congresso Nacional.

No campo da disputa de hegemonia, um dos objetivos colocados é de ganhar o Governo do Estado, com um Programa de Governo amplamente massificado na sociedade e referenciado pelas figuras públicas do Partido no Parlamento e nas administrações municipais. É com esse acúmulo que o PT Pará pretende enfrentar o embate eleitoral entre o Projeto Neo-liberal e o

Projeto Democrático-Popular em 94.

Se companheiros desejarem detalhes sobre cada um desses projetos, dirija-se ao Diretório Regional do PT no Pará, através de seu secretário de Formação Política, companheiro João Batista Barbosa, pelo telefone (091)229 4588.

### RESENHA

## O que podemos aprender com o trabalhismo inglês?

No Brasil, o caminho para o poder passa pelo governo.

Desconheço se alguém já disse isso desta maneira, mas o PT parece agir assim já há alguns anos. Não é por outro motivo que se dá tanta importância às disputas eleitorais, ou se confere tanta centralidade às presidenciais de 1994.

Paradoxalmente, pouco se tem discutido no Partido as experiências geralmente negativas de outros partidos socialistas (ou quase) que adotaram esta estratégia ou, pelo menos, a praticaram.

É o caso das frentes populares antes da Segunda Guerra Mundial, dos governos de coalizão durante a Guerra e depois dela, dos governos social-democratas passados ou recentes no continente europeu, da Unidade Popular chilena ou dos governos trabalhistas na Inglaterra.

Para quem tiver interesse nesta

última experiência, sugerimos a leitura de "Estratégias para uma esquerda racional", do conhecido marxista inglês Eric Hobsbawm\*.

"Estratégias" é uma coletânea de artigos escritos entre 1978 e 1989, a maioria deles dedicado a crise do trabalhismo inglês - expressa em sucessivas derrotas eleitorais (desde 1979); na incapacidade de derrotar a política reacionária de Thatcher (e, agora, do sucessor John Major); na redução do eleitorado do Partido Trabalhista (especialmente entre os trabalhadores e nos eleitores mais recentes, que tem preferido os conservadores); no corporativismo ativista e economicista do movimento sindical etc.

Além disso, há quatro ensaios de maior fôlego: um sobre a experiência das frentes populares (caracterizada como "a primeira e ainda a única estratégia desenvolvida para países onde as clássicas situações de insurreição, do tipo da Revolução de Outubro ou de outro tipo, não estavam previstas, mas não eram necessariamente impossíveis"); outro sobre a relação entre socialismo e nacionalismo; um terceiro, acerca do trabalhismo nas grandes cidades, especialmente útil para quem se interessa pelo destino dos movimentos sociais nas metrópoles; e um ensaio sobre o futuro do movimento socialista.

Para além da experiência inglesa, a coletânea de Hobsbawm é atual para os que estão envolvidos na construção e nos problemas do PT. "Estratégias..." aborda temas tão variados com a disputa ideológica contra aqueles que querem "pintar Adam Smith de vermelho", a elaboração de planos de governo, a necessidade de uma política de alianças para derrotar um governo reacionário, uma análise das cinco vezes em que o trabalhismo governou a Inglaterra, os limites e as

## O PT SABE GOVERNAR?

*Santos: mil dias de governo popular*, de David Capistrano Filho, é uma análise política dos principais momentos vividos pelo governo de Telma de Souza, desde a vitória nas eleições de 1988.

*Em algum lugar do passado*, de Celso Marcondes, relata e problematiza os 26 meses em que a administração municipal de Campinas carregou a marca do PT.

*Estratégia: uma saída para a crise*, uma co-edição com o Instituto Cajamar reúne um conjunto de ensaios sobre a estratégia da esquerda para os anos 90.



SCRIPITA  
Rua Doca Germaine  
Barchioli, 286  
05002 São Paulo SP

A VENDA NAS LIVRARIAS E DIRETÓRIOS DO PT ★ OU NA EDITORA: TELEFONE (011) 262-1155



virtudes de um partido de massas, a "guerra civil" entre as facções partidárias - Hobsbawn nos fala de uma direita, de uma esquerda, do esquerdismo, dos comunistas...

Um livro útil, enfim, para que ainda acredita na esquerda e na racionalidade. E para quem quer exorcizar o fantasma que, segundo Hobsbawn, assombra a esquerda: "A falta de confiança".

**Valter Pomar**

Membro da redação do jornal Brasil Agora

\*Estratégias para uma esquerda racional  
Eric Hobsbawn

## Inaugurando o espaço da Formação Política

Estamos inaugurando nesta edição do *Boletim Nacional* uma seção especial dedicada à Formação Política. Com esta seção estamos estabelecendo um contato com nossa base partidária, buscando levar nossa contribuição ao debate, à construção do Partido em suas diversas frentes. Ao mesmo tempo, estamos abrindo um espaço à participação, ao intercâmbio, na perspectiva de estimular a capacitação política, a organização de um partido efetivamente democrático e socialista.

A cada edição do BN, esta seção vai apresentar: 1) subsídios para uma reunião de núcleos de base; 2) resenha de um livro cuja leitura avaliamos importante para nossa militância; 3) Informações das atividades e programações da Secretaria Nacional de Formação Política e de suas instâncias regionais; 4) Notícias e informações provenientes dos estados e municípios que possam servir como referencial para a vida partidária, no campo da capacitação e do debate político; 5) textos que trabalhem o processo de formação política em seu conteúdo e metodologia.

Reiteramos que este espaço pode e deve ser ocupado por todos aqueles que desejarem contribuir com este processo. Os contatos devem ser feitos com a Secretaria Nacional de Formação Política, através da companheira Marlene da Rocha.

**Gilberto Carvalho**

Secretário Nac. de Formação Política

# Passando a bola para a militância

No dia 15 de junho fizemos a primeira reunião da coordenação nacional de juventude do PT, que é formada pelos membros do Coletivo Nacional e representantes dos coletivos estaduais.

Foi feito um balanço dos Estados e em nível nacional, constatando-se que apesar de muitas lacunas, há uma progressiva melhora na atuação da juventude petista e um maior reconhecimento do Partido. Daqui pra frente, o avanço do trabalho depende, antes de tudo, da militância que deve assumir com as próprias mãos a organização dos coletivos estaduais e municipais e a nucleação. Ou seja, existe ainda pouco interesse das direções, mas nos locais aonde a militância resolveu enfrentar as dificuldades e se auto-organizar as resistências têm sido vencidas e os espaços vêm sendo ocupados.

Ponto chave da reunião foi o tema "Campanhas da Juventude". Apesar do esforço e insistência da SNJ, temos tido dificuldades materiais muito grandes para viabilizar meios de divulgação. A direção nacional não se dispõe mais a liberar grana e a campanha terá que ser mais descentralizada do ponto de vista das ações, mantendo a SNJ a orientação política.

Assim, os Estados e regiões que ainda não definiram suas prioridades devem fazê-lo. A militância deve insistir junto aos coletivos estaduais, direções partidárias e comitês eleitorais majoritários a viabilização dos materiais.



Um espaço conjunturalmente importante é o das eleições municipais. Assim, devemos organizar comitês de juventude de todos os candidatos a prefeito, viabilizar

peças de propaganda específica com os temas das campanhas, filiar os simpatizantes e apoiadores que se aproximarem no processo eleitoral e colocar, desde já, a perspectiva de transformar estes comitês eleitorais de juventude em coletivos municipais e núcleos. Várias atividades podem ser feitas, como debates da juventude com candidatos a prefeito e vereadores; encontros para elaborar pontos programáticos de políticas públicas das prefeituras para a juventude e projetos de lei nas câmaras de vereadores; manifestações públicas convocadas pela juventude; participação da juventude nas manifestações gerais, com faixas, bandeiras e estandartes próprios da juventude petista. Em todos os materiais da juventude, inclusive dos candidatos, deve constar marca, slogan e eixos da campanha da juventude.

A reunião decidiu ainda: manter o Seminário de Políticas de Prefeituras para a Juventude dias 18 e 19 de julho; o Seminário de Planejamento Estratégico para a 1ª quinzena de dezembro; abrir nova turma de monitores em 93; realizar novo seminário de M.E. em janeiro de 93 e seminário com jovens rurais em novembro de 92; e incentivos a participação no Encontro de Educação do PT previsto para 9 a 12 de junho em São Paulo.

Participaram da reunião 17 companheiros de 8 Estados: SC, SP, RJ, ES, BA, MG, PA e GO. Mas apenas dois membros do Coletivo Nacional: Jorge Almeida e Luís Antonio Papa.

## O SOCIALISMO JÁ ERA?

Durante 86 dias, entre junho e setembro de 1990, Wladimir Pomar percorreu um trajeto que vai da Alemanha reunificada à Albânia — passando pela Polônia, Checo e Eslováquia, Hungria, Iugoslávia, Bulgária, Romênia e URSS.

*Rasgando a cortina* discute a experiência do socialismo construído nos países do Leste Europeu, numa tentativa de compreender as razões de seu fracasso.

*A miragem do mercado* é uma análise do processo de reintrodução do capitalismo naqueles países, suas contradições, seus limites e seus mitos.



*Rasgando a cortina* e *A miragem do mercado* fazem parte de uma trilogia. O terceiro volume — *A ilusão dos inocentes* — será dedicado a discutir as perspectivas futuras da luta pelo socialismo

SCRITA

Rua Dona Germaine Burchard, 286  
05002 São Paulo SP

À VENDA NAS LIVRARIAS E DIRETÓRIOS DO PT ★ OU NA EDITORA: TELEFONE (011) 262 1155



# A greve em que todos perdemos



HUGO SCOTTE



MILTON MICHIDA/ae



PARIZOTTI

**Gushiken (esq.):** "A atuação do partido evitou danos maiores"

**Edivaldo (centro):** "A Administração mostrou-se despreparada"

**Meneguelli (dir.):** "A CUT contribuiu para o fim da greve"

Para entender melhor a greve que envolveu sindicato e prefeitura petistas; para chegar mais perto das raízes dos problemas que levaram motoristas e cobradores paulistanos a uma greve de nove dias (a mais longa da história dos condutores de São Paulo), tendo como adversário uma administração democrática e popular, o Boletim Nacional fez seis perguntas a um representante de cada parte envolvida. São eles: Edivaldo Santos, presidente do Sindicato dos Condutores de São Paulo; deputado Luis Gushiken, Secretário Sindical Nacional do PT; Jair Meneguelli, presidente da Central Única dos Trabalhadores e, Paulo Sandroni, presidente da CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos)

**BN - Como você avalia a atuação do PT na greve dos condutores de São Paulo?**

**Edivaldo Santiago Silva** - O sindicato dos Condutores de São Paulo é filiado a CUT e grande parte de seus 64 diretores são filiados ao Partido dos Trabalhadores. Por outro lado, quem decidiria sobre nossas reivindicações, sendo membros da atual administração municipal, seriam também membros do PT. Apesar disso a direção municipal do PT em São Paulo não vacilou em reconhecer a legitimidade de nossas reivindicações, aconselhando seu atendimento, o que acabou não sendo acatado pela administração. Considero positiva a intervenção do Diretório Municipal naquele episódio, tanto quanto agora que lutamos pela readmissão de centenas de chefes de família.

**Jair Meneguelli** - O PT não teve uma atuação homogênea. Houve controvérsias e diferentes pronunciamentos. Sem querer entrar no mérito das decisões, deu para notar uma presença maior do Diretório Municipal. Um aspecto positivo, sobretudo em ano de eleições municipais.

**Luis Gushiken** - Embora não tenha acompanhado pessoalmente os bastidores da greve, acompanhei os esforços da direção partidária para a abertura de canais de negociação entre a prefeitura e a direção sindical. As dificuldades foram maiores em função do esgarçamento a que já chegou essa relação e uma certa lentidão nossa em interferir nos acontecimentos. A atuação do partido, em que pesem todas as limitações, foi positiva e evitou danos ainda maiores.

**BN - Que consequências políticas essa greve trouxe para o partido?**

**ES** - Do ponto de vista político o Partido sofreu arranhões durante nossa greve, em consequência desse comportamento. Contudo, acredito que esse desgaste não será repassado para a candidatura de Suplicy, que mostrou maior compreensão sobre os atuais problemas da categoria e revelou maior disposição para negociações.

**JM** - Há necessidade de discutir e classificar melhor o seu posicionamento sobre temas polêmicos, como o das greves em setores essenciais. A discordância foi demonstrada em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, por Paul Singer, sobre a necessidade de rever essa questão, e pela resposta de Bia Pardi, contrapondo-se nesse assunto.

Isso apenas mostra que essa discordância é muito mais profunda no interior do partido, entre aqueles que não podem se manifestar através da grande imprensa.

**LG** - Há dois níveis de consequências: no plano eleitoral, é necessário avaliar melhor o que o episódio pode ter significado para a campanha de Suplicy. No plano político geral, acho que a greve nos colocou novamente questões que dizem respeito à presença dos petistas, simultaneamente, no governo e na direção das entidades sindicais e populares. Avançar na definição dos papéis de cada um e de um processo de negociação permanente é fundamental, para resguardar uma boa relação entre os petistas e assegurar o respeito aos interesses da população.

**BN - Como você viu a atuação da prefeitura e da direção do sindicato nesse episódio? E a CUT, teve uma atuação positiva na greve?**

**ES** - Também consideramos que houve erros de lado a lado mas,

evidentemente, continuamos a considerar que a administração municipal mostrou-se despreparada para negociações envolvendo reivindicações trabalhistas. Mostrou-se equivocadamente confiante de que aceitaríamos as humilhações que pretendeu nos impor, e pior, que abandonaríamos nossas reivindicações só porque mantemos identidade partidária. Ao perceber que não nos apelegaríamos, como chegaram a pretender, passaram a nos tratar com arrogância, intransigência e não mediram esforços para desbaratar nossa organização.

A CUT, por sua vez, vacilou para intervir, uma vez que poderia intermediar as negociações evitando que o conflito e o desgaste junto à opinião pública se consumassem. Entretanto, essa omissão foi reparada a tempo e o companheiro Jair Meneguelli passou a intermediar as negociações, especialmente no que se refere à readmissão dos funcionários da CMTC.

**JM** - A Prefeitura e o Sindicato foram muito pressionados pela opinião pública, órgãos de comunicação, partidos com interesse nas próximas eleições. Com toda essa pressão é natural que haja, de parte a parte, reações às vezes incontroláveis, criando uma situação de polarização. Os sindicatos da CUT têm a sua autonomia de ação nos dissídios das categorias. Quando a direção nacional da CUT foi chamada a participar, contribuiu de forma positiva para conseguir o fim da greve e a reabertura das negociações.

**LG** - Da parte do Sindicato creio que já havia disposição para o confronto antes mesmo de qualquer resposta às reivindicações, baseados no fato de que a atual administração é igual -ou pior, como chegou a dizer



seu presidente- que as anteriores. A CUT teve uma atuação positiva em busca de um acordo mas a greve evidenciou também o acirramento dos conflitos dentro da Central. Deu-me a impressão de um processo de negociação mal-feito, num clima de muita tensão, desfavorável ao entendimento. Quanto à prefeitura, creio que seus representantes não foram muito hábeis. De toda forma a nossa prefeita foi obrigada a utilizar o recurso da demissão para conter a onda de depredações e violência, num momento em que a autoridade da prefeita -e portanto nossa capacidade de ser governo- estava sendo questionada pela população. Os interesses de mais de 6 milhões de cidadãos não podem estar subordinados aos de um grupo ou de uma categoria profissional. Sou favorável à reintegração dos demitidos a partir de uma negociação.

**BN -A situação criada nessa greve poderia ter sido evitada? De que maneira?**

ES -É evidente que tudo isso poderia ser evitado, inclusive a própria greve, um movimento justo por reposição das perdas ocorridas e constatadas pelo DIEESE. A Administração Municipal desde a entrega da pauta considerou nossas reivindicações absurdas e nossas perdas salariais inexistentes. Não apresentou contraproposta e manteve-se inflexível durante todo o tempo.

JM -É claro. toda greve pode e deve ser evitada, sobretudo em setor essencial, que atinge a população mais necessitada. Os trabalhadores só vão à greve em último caso, quando esgotados todos os recursos de negociação.

LG -Talvez. Primeiro com disposição para o diálogo, de ambas as partes. Ainda que a greve viesse a ocorrer, o diálogo poderia reduzir o nível de confronto e o desgaste político para a prefeitura, para o sindicato e para o PT.

**BN -Como tratar, do ponto de vista partidário, esse tipo de conflito em cidades sob administração petista?**

ES -As administrações petistas devem estar preparadas para inverter as prioridades das administrações públicas em nosso país. Não há como justificar, junto às categorias dos serviços públicos, descaso e salários injustos. Do mesmo modo não deve pretender que as direções sindicais abandonem a combatividade que nos caracteriza só porque a administração é do PT. Isso seria um constrangimento. As administrações petistas devem ter uma atuação bem diferenciada das administrações auto-

ritárias e mostrarem-se hábeis, democráticas e sensíveis às reivindicações de natureza trabalhista.

JM -O conflito é parte do processo social e o diálogo parte inerente da democracia. Num regime democrático, como é o caso das administrações petistas, leva-se o diálogo à exaustão. Num regime autoritário surge a repressão.

LG -O partido precisa assimilar com maior profundidade nossas responsabilidades à frente de cidades do porte de São Paulo ou Porto Alegre e diante da perspectiva de ser governo neste país. Os sindicalistas do PT não podem mais ter como referência apenas o clássico conflito capital/trabalho mas encarar uma relação mais complexa, que é ser governo e dirigir os movimentos sociais ao mesmo tempo.

**BN -Você acha que a prefeita de São Paulo, a direção do sindicato ou a direção do partido romperam, em algum momento, com os princípios partidários?**

ES -Em casos como este o Partido deve intervir junto a seus quadros na administração e fazer com que seus princípios programáticos sejam garantidos, preservados e aplicados. Acreditamos que nós, enquanto dirigentes sindicais, encaminhamos corretamente as decisões tomadas pela categoria em assembleias com ampla participação, do mesmo modo que a administração demonstrou descaso com essas decisões não respeitou os princípios do Partido que contempla o respeito à democracia e ao direito de greve para todas as categorias.

JM -Não. Os princípios, embora tenham que ser separados, admitem, às vezes, interpretações diferenciadas. E não é só sobre a greve que dentro do PT existem controvérsias. O PT é um partido que não nasceu pronto e não foi copiado de nenhum modelo externo, por isso ainda está se definindo. A sua principal virtude é só ter questão fechada quanto à construção de uma nova sociedade socialista.

LG -Não creio. Houve exageros de parte a parte. O presidente do sindicato assumiu uma postura não muito equilibrada. Uma imagem triste que ficou foi a dos militantes da CS queimando a bandeira do PT e tentando envolver os petistas nesse clima. Felizmente essas atitudes tiveram pouca adesão e foi possível evitar um confronto de maiores proporções. Mas se não encarmos as raízes do problema, situações como essa vão repetir-se, talvez de forma bem pior.

## Os antecedentes da greve

**Ao invés de responder nossas questões, Paulo Sandroni, presidente da CMTC, preferiu redigir o seguinte texto sobre fatos que antecederam a greve.**

As discussões sobre a greve dos condutores de São Paulo devem ser orientadas por duas questões básicas: 1. Por que ela se desencadeou? 2. O comportamento de cada agente durante a greve. O espaço de que disponho permite apenas abordar a primeira questão. A segunda o farei em outra oportunidade.

Recordemos as linhas mestras da política da administração petista em relação à categoria dos condutores a partir de 1989. Os trabalhadores das empresas particulares e da CMTC obtiveram importantes conquistas a partir do início da gestão de Luiza Erundina: a redução da jornada de 48 horas para 40 horas semanais, o auxílio alimentação, os reajustes mensais pelos índices do Dieese, o reconhecimento dos órgãos de representação (Sindicato, Comissões de garagem, Cipas, etc.), ganhos reais de salários.

Esta situação prevaleceu até o final de 1990. A partir de 1991, com a redução dos recursos orçamentários- e, portanto, dos subsídios para a CMTC e a fração já municipalizada das contratadas- tornou-se inviável a manutenção dos índices do Dieese para a correção mensal dos salários. O abandono desta política, passo necessário para não onerar o usuário com tarifas mais elevadas, interrompeu a trajetória ascendente dos salários da categoria em 1991.

Embora naquele ano outras conquistas fossem obtidas, como o Plano de Cargos e Salários para a Administração e Manutenção na CMTC e a cesta básica para todos, não impediram que os salários da categoria na Capital fossem superados por aqueles pagos em municípios vizinhos, os quais com outra estrutura de custos e uma tarifa equivalente a São Paulo puderam repor perdas e pagar o Dieese mensalmente. Esta diferença alcançou cerca de 25% no início de 1992. Mas antes que esta diferença alcançasse este nível, a mudança da política salarial em 1991 teve como resultado uma greve em março de duração longa: seis dias.

Em seguida, a Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada no primeiro semestre de 1991 determinando que o orçamento de transportes seria no máximo 10% do total em 1992, restringiu ainda mais as possibilidades de sustentação financeira do sistema, agora totalmente municipalizado. O máximo que se pôde oferecer à categoria foi a manutenção do salário real médio de 1991, em 1992.

Esta proposta já era conhecida pelas lideranças sindicais desde janeiro de 1992. E, nas negociações que se iniciaram em abril deste ano, oferecemos uma política salarial até abril de 1993 ao invés de assegurarmos apenas a reposição de perdas do período anterior.

A inviabilidade do acordo ocorreu exatamente em torno deste ponto, pois a proposta do sindicato era que, além da correção mensal dos salários pelo Dieese, fossem pagas as perdas do período anterior (89%), mais 15% de ganho real, além de outras reivindicações de cunho social.

O atendimento, mesmo parcial, destas reivindicações significaria uma elevação intolerável da tarifa, uma vez que os recursos orçamentários haviam sido reduzidos e a frota municipalizada acrescida em mais de mil ônibus a partir de janeiro de 1992.

Diante deste quadro, a greve tornou-se inevitável. Embora essas circunstâncias fossem do conhecimento tanto da direção partidária quanto da CUT, como da direção sindical, as diferenças entre o que oferecíamos e as pretensões dos líderes da categoria eram muito grandes.

Do ponto de vista objetivo, esta foi a principal razão pela qual a greve eclodiu. Do ponto de vista subjetivo, outras razões se apresentaram. Talvez a mais relevante por parte das lideranças sindicais tenha sido a de não permitir que as diferenças salariais se ampliassem ainda mais com os municípios vizinhos, especialmente do ABCD.

**Paulo Sandroni**  
Presidente da CMTC



## A CUT no cenário sindical mundial

*"A situação requer da CUT uma nova presença junto ao sindicalismo internacional"*

**A** Plenária Nacional da CUT - julho/92- reveste-se de enorme importância para a Central Única dos Trabalhadores, com reflexos no movimento sindical internacional, principalmente na América Latina. Suas decisões trarão consequências para o PT, em vista do peso dos dirigentes sindicais petistas na direção da Central e da composição de suas tendências, boa parte com vinculação a tendências internas do nosso partido.

Frete a um temário recheado de temas polêmicos, há no ar um certo temor de que ali se repitam conflitos como os que se verificaram ao longo do 4º CONCURT. Não apenas o temário, mas também as escaramuças que estão ocorrendo entre chapas cutistas nas eleições sindicais -com mútuas acusações de violência e utilização de expedientes pouco recomendáveis- deveriam servir para chamar à razão os contendores, sobretudo os petistas, para se tentar evitar danos irreversíveis para a Central.

O ponto mais importante da Plenária e, por isso, maior foco de tensão -em que pese a importância do restante da pauta- é sem dúvida a discussão sobre a filiação da CUT à CIOSL (Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres) e sobre

esta questão que vou me deter.

Se no 4º CONCURT alguns companheiros, dentro e fora do PT, puderam alegar, com uma ponta de razão, que a questão da filiação internacional da CUT não estava suficientemente amadurecida -embora a maioria dos dirigentes sindicais já viesse acompanhando este debate há algum tempo- hoje já passa da hora dela ser resolvida.

A CUT veio experimentando um processo de crescimento orgânico e político que a colocou, em pouquíssimo tempo, entre as centrais sindicais mais importantes do mundo. Uma experiência em muitos aspectos inovadora, que atraiu as atenções do movimento sindical internacional. Logo de sua fundação colocou-se para a Central a necessidade de um intercâmbio cada vez mais estreito com entidades sindicais de todo o mundo, não apenas da América Latina e do 3º mundo mas também dos países avançados.

Este intercâmbio é hoje dos mais intensos e tem levado a CUT a participar -na maioria dos casos como observadora- de diferentes fóruns internacionais. Esta forma de participação, entretanto, esgotou totalmente suas potencialidades, em vista das transformações ocorridas no cenário mundial de 89 para cá e do

novo estágio de desenvolvimento capitalista, onde a interdependência entre as nações -não só econômica mas sob os mais diversos aspectos- provoca reflexos imediatos das decisões internacionais na vida cotidiana dos trabalhadores brasileiros, a começar da qualificação profissional, qualidade de vida, nível salarial e de emprego etc.

Esta situação requer da CUT uma nova presença junto ao sindicalismo internacional, não mais apenas para "trocar experiências" mas para participar da tomada de decisões sobre os encaminhamentos de lutas e campanhas que afetam diretamente a vida dos trabalhadores brasileiros. A busca da integração orgânica da CUT ao movimento sindical internacional não deveria ser -como parece ocorrer- um pólo de divisão entre os cutistas mas, ao contrário, consequência lógica da trajetória da Central.

Acredito que posições de defesa da independência da CUT diante do quadro orgânico do sindicalismo mundial ou de um sindicalismo "terceiro-mundista" são anacrônicas neste estágio do desenvolvimento da Central brasileira e do movimento sindical internacional.

Num momento em que reduz-se ainda mais a já pequena importância da CMT (Central Mundial do Trabalho, ligada à Igreja Católica) e que a

Federação Sindical Mundial (braço sindical dos países "socialistas") está virtualmente extinta, resta somente a CIOSL enquanto espaço orgânico do sindicalismo internacional. Não é por acaso, portanto, que a discussão sobre a filiação internacional da CUT transformou-se no dilema filiar-se ou não à CIOSL.

Espero que os delegados da Plenária Nacional da CUT reconheçam essa realidade e tomem a mesma decisão que entidades como a CUT Chile, CUT Colômbia, CSN do Canadá, Força Sindical e CGT, do Brasil, além de outras inúmeras centrais nacionais dos ex-países socialistas, que já se filiaram ou estão em vias de filiar-se à CIOSL, transformando-a na prática num espaço de unidade e ao mesmo tempo de disputa da hegemonia no movimento dos trabalhadores em nível mundial.

Para a CUT, filiar-se à CIOSL não deve significar alinhamento com a política majoritária de suas direções ou a busca de uma "liderança" artificial em seu interior. Filiação à CIOSL deverá ser, para a CUT, ocupar o lugar que lhe compete no cenário sindical mundial. Nem mais, nem menos. Acredito que é esta a decisão que a maioria dos petistas espera.

**LUIZ GUSHIKEN**

Secretário Sindical Nacional

## SOS Salário Mínimo, uma campanha no marasmo

**E**m sua reunião de 2 e 3 de junho a Comissão Executiva Nacional da CUT fez um balanço do andamento da campanha SOS Salário Mínimo -cujo instrumento principal é o Projeto de Lei de Iniciativa Popular elaborado pela Central, juntamente com CGT e CONTAG- concluindo pela sua prorrogação até a Plenária Nacional da entidade, em 15, 16 e 17 de julho.

O prazo inicialmente previsto para a coleta de 1 milhão de assinaturas era 20 de maio. Em vista do resultado "decepcionante" o prazo foi prorrogado para início de

junho mas, segundo o balanço da CUT, o resultado foi de apenas 35.889 assinaturas coletadas.

Os motivos apontados para esse mau resultado são inúmeros, e vão desde a alegação de que o prazo foi insuficiente até a ausência total de iniciativas por parte das CUT estaduais e sindicatos. Para se ter idéia, houve uma única banca coletora em todo o país, montada pelos bancários de São Paulo.

Os estados com melhor performance até o momento foram Amazonas e Paraná e, ainda assim, não passaram de 15% do objetivo. O estado do Rio de Janeiro

contabilizou 35 assinaturas(!), mas há estados como Pará, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe, Roraima e Tocantins onde este número não saiu do zero(!). Somente duas CUT estaduais coletaram mais de 5 mil assinaturas.

Este marasmo atingiu também a militância do nosso partido, envolvida com a renovação dos diretórios e com a escolha dos candidatos do PT às eleições municipais. Embora o PT tenha formalmente decidido pelo apoio à campanha da CUT, e tal orientação tenha sido passada a todos os DR, o

fato é que não houve engajamento significativo dos petistas até aqui.

O Brasil todo está acompanhando atentamente os trabalhos da CPI que está investigando a conexão PC-Collor e certamente este é o centro da situação política no momento, mas vale lembrar que, enquanto isso, milhões de brasileiros sequer estão em condições de compreender o que se passa, empenhados em sobreviver com um salário mínimo de cr\$ 230.000,00 -reajustável apenas em setembro- ou menos.

**José Rocha Cunha**